

Interpelação Oral

Nos últimos dois anos, o número de trabalhadores não residentes registou uma subida de 24 mil para cerca de 50 mil e, segundo as informações obtidas, esse número poderá vir a atingir os 100 mil. De facto, é incrível este ritmo de aumento.

No final do ano passado, a Administração revelou que iria reforçar a importação de mão de obra, alegando como pretexto ajudar as PME a resolver o problema da falta de recursos humanos. Essa medida suscitou grande preocupação entre os trabalhadores locais enquanto que as PME, pelo contrário, depositavam nela grande esperança. Mas afinal, esse tal reforço em nada beneficiou as PME.

Segundo a lógica, o sinal verde dado pela Administração para o reforço da importação de mão de obra seria a solução para o problema da falta de recursos humanos das PME de Macau. Todavia, embora nestes últimos dois anos tenha duplicado o número de trabalhadores não residentes em Macau, o problema não foi aliviado, antes pelo contrário, está a piorar cada vez mais. Como todos puderam verificar, com esse sinal verde dado pela Administração, muitas empresas de grande dimensão conseguiram obter, com maior facilidade, mais quotas para importação de trabalhadores, o que não está a acontecer com as PME, que estão a enfrentar muitas dificuldades nos pedidos de trabalhadores não residentes.

Uma das razões é a complexidade das formalidades administrativas mas, mesmo quando vêm os seus pedidos deferidos, a maior parte das vezes não conseguem recrutar nenhum trabalhador, devido à dimensão das empresas em causa. Essa política contribui apenas para a concorrência injusta entre sectores. Por isso, não é difícil compreender porque é que alguns empresários de PME dizem sempre que não foram beneficiados com o desenvolvimento económico de Macau e que, antes pelo contrário, foram colocados numa situação pior.

A competitividade das empresas pequenas é muito limitada, e estão há já muito tempo a viver com dificuldades, perante a grande pressão proveniente dos grandes investidores estrangeiros e dos concorrentes das regiões vizinhas, onde o custo de vida é baixo. Por outro lado, perante o grande aumento das rendas, muitas PME estão já com um “pé para a cova”, sendo as possibilidades de sobrevivência cada vez menores. Não têm capacidade financeira para pagarem mais aos trabalhadores, tal como os investidores estrangeiros, por isso a sua situação é bastante difícil. O dito apoio da Administração não passa de mero slogan. As PME estão a sofrer, em vez de colherem os frutos do nosso desenvolvimento.

Não é difícil verificar que, o recrutamento de mão-de-obra por parte das grandes empresas locais e estrangeiras ligadas ao sector dominante está a atrair milhares e milhares de trabalhadores. Tudo porque estas empresas obtêm lucros avultados, logo, podem oferecer melhores

condições remuneratórias, que constituem sempre factor de forte motivação para os trabalhadores. As condições remuneratórias que oferecem aos seus trabalhadores são de tal modo atractivas que não têm de se preocupar com falta de mão-de-obra. Mas se o Governo der luz verde a estas empresas para a contratação de trabalhadores não residentes, qualquer investidor com bom senso sabe qual a melhor opção a tomar. É evidente que os sectores do jogo e do turismo de Macau conseguem atrair as empresas de grande dimensão e de capital elevado, isto porque Macau depende de um mercado enorme que é a China Continental, com uma população superior a um bilião de pessoas. A partir daqui, o recrutamento de mão-de-obra não residente é um factor de pouca relevância. Se não existisse um mercado tão poderoso como é o da China Continental, mesmo que em Macau fosse barata e muita a mão-de-obra não residente, seria muito difícil essas empresas verem Macau como um bom local para investir. Sendo assim, impor limitações a essas empresas no respeitante a trabalhadores não residentes não só não afecta o investimento saudável na Região, como também permite a optimização dos investimentos, impedindo a captação de outros de vistas curtas e de má qualidade.

É de realçar que as PME constituem uma força importante para a economia de Macau, disponibilizando postos de trabalho em número elevado e desempenhando um papel importante. Se estas PME forem entrando sucessivamente em falência, por não conseguirem enfrentar os

impactos de diversa natureza, isso irá prejudicar gravemente a economia de Macau. Assim, o objectivo do desenvolvimento e diversificação da indústria de Macau, vontade expressa do Governo Central, será mais difícil de atingir. O Governo da RAEM deve definir, quanto antes, políticas claras sobre a contratação de mão-de-obra não residente, políticas essas que devem abranger algumas medidas favoráveis às PME locais, no sentido de assegurar, de facto, a sua sobrevivência. Por exemplo, políticas laborais de apoio às PME, adoptando-se uma classificação que tenha em conta o capital e a origem da empresa. Ao mesmo tempo, deve ser fixado um limite máximo de trabalhadores a importar, definindo claramente quais os ramos e tipos de trabalho e quais as empresas que podem utilizar mão-de-obra não residente, com vista a salvaguardar melhores condições remuneratórias e o direito de acesso ao emprego dos residentes, a par da salvaguarda da sobrevivência das PME de Macau.

Sendo assim, apresento as seguintes questões à Administração:

1. As PME são um elemento relevante na indústria de Macau. O Governo da RAEM tem o dever inalienável de proporcionar às PME um ambiente favorável ao seu desenvolvimento comercial e espaço para a sua sobrevivência. Actualmente, as PME têm de concorrer tanto com os investidores de Macau como com os do exterior, enfrentando as dificuldades resultantes das rendas elevadíssimas e da insuficiência de recursos humanos. Quanto aos recursos humanos,

não pensa o Governo adoptar uma política favorável às PME? Por exemplo, no pressuposto da existência dum limite máximo de trabalhadores importados, as quotas de mão-de-obra concedidas às PME poderão ser ajustadas por forma a ajudá-las a resolver os problemas de escassez de recursos humanos. Sendo assim, o Governo já não poderá alegar o pretexto da ajuda às PME para aumentar as quotas de mão-de-obra a conceder às grandes empresas e às empresas estrangeiras, o que só pode resultar num ambiente favorável à concorrência desleal.

2. Não restam dúvidas de que são imensos os candidatos nos processos de recrutamento públicos das grandes empresas e das empresas estrangeiras. Essa situação deve-se ao facto de os salários oferecidos serem mais elevados, levando a que essas empresas não sintam problemas de escassez de recursos humanos. Tendo em conta a realidade, não deverá o Governo autorizar apenas a importação de mão-de-obra para as PME? E a importação de empregadas domésticas apenas quando o motivo for incentivar as donas de casa a reintegrarem o mercado de trabalho? De modo a salvaguardar que os residentes sejam contratados pelas empresas grandes para assumirem cargos bem remunerados, não deverá o Governo anunciar, definitivamente, a proibição de importação de mão-de-obra para as empresas que se dedicam à exploração de casinos e hotéis?

3. Apesar de o Governo ter reiterado que não autoriza a importação de mão-de-obra para a função de *croupier*, cargo muito importante no sector do jogo, algumas empresas do sector organizam não só actividades públicas de recrutamento desse tipo de pessoal mas também os respectivos cursos de formação na China Continental. Será que tudo isso tem por objectivo enganar os compatriotas? Ou será que as empresas em causa já obtiveram, junto do Governo, informações de que em breve será dada luz verde para a importação de *croupiers*? Ou será que as empresas do jogo avançam com a organização de actividades de recrutamento porque prevêm que o Governo vai relaxar as restrições à contratação de residentes para a função de *croupier*? É possível que seja difícil para o Governo da RAEM tratar do assunto relativo ao recrutamento de *croupiers* na China Continental. O Governo Central tem sublinhado toda a sua vontade em disponibilizar recursos humanos para Macau, para aqui trabalharem nos mais diversos sectores, com excepção do sector do jogo. Então, a contratação de *croupiers* na China Continental não será uma violação à decisão do Governo Central?

5 de Outubro de 2006.

O Deputado à Assembleia Legislativa,
Au Kam San